



## 16.º Congresso do Conselho Internacional de Arquivos ■

REALIZOU-SE NO PASSADO MÊS de Julho, dias 21 a 27, em Kuala Lumpur, Malásia, o 16.º Congresso Internacional de Arquivos, o qual contou com cerca de 1200 participantes, oriundos de 129 países diferentes. O Congresso, realizado de 4 em 4 anos, constituiu, mais uma vez, o principal ponto de encontro mundial dos arquivistas e instituições ligadas aos arquivos.

Subordinado ao tema genérico «Arquivos, responsabilidade governativa e desenvolvimento: perspectiva para a sociedade futura», conciliou os aspectos de enquadramento da actividade arquivística como suporte indispensável para um maior rigor na administração dos recursos e transparência das administrações, com o papel mais tradicional reconhecido aos arquivos de repositórios de informação ao serviço da memória e identidade dos povos.

Os principais temas foram glosados num extenso programa, disponível em <http://www.kualalumpur2008.ica.org/en/sessions> com sessões paralelas e cujos resumos estão disponíveis através do sítio web do Conselho Internacional de Arquivos <http://www.ica.org/> sendo alguns artigos posteriormente publicados na revista *Comma*.

As múltiplas sessões paralelas certamente enriqueceram o evento e permitiram a apresentação de projectos e divulgação de práticas arquivísticas de diversificados contextos nacionais. Saliente-se a este nível uma preocupação com a área de intervenção dos arquivistas na salvaguarda de documentos produzidos por diferentes organizações relacionados com «Direitos Humanos». Neste âmbito refira-se a comunicação apresentada pelo Dr. Alfredo Caldeira «O Arquivo da Resistência do Povo de Timor-



### Neste número

- 01 • 16.º Congresso do Conselho Internacional de Arquivos
- 03 • Avaliação do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais

### EM DESTAQUE

- 06 • Os Arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian
- 08 • O Arquivo Regional da Madeira (ARM) e a certificação do seu Sistema de Gestão

### FUNDOS & COLECÇÕES

- 09 • Papéis do Brasil – A reconstituição de um percurso
- 10 • Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento apoia investigadores estrangeiros

### INFORMAÇÕES

- 11 Dia Mundial da fotografia

### AGENDA

- 12 Exposições
  - 2007|2008 Curso Superior de Fotografia, Instituto Politécnico de Tomar
  - Viagens, fotografias de Manuel Araújo
  - De um Chão Nosso, Bases fotográficas para um Inquérito à paisagem construída das aldeias do Douro Vinhateiro

-Leste», resumo disponível em <http://www.kualalumpur2008.ica.org/en/sessions/l-archive-de-la-r-sistance-du-peuple-de-timor-leste> e a constituição de um Grupo de Trabalho que desenvolva actividades nesta área.

Um outro aspecto interessante na organização deste Congresso foi a realização de «workshops», «mesas redondas» e «trabalhos em curso», merecendo especial relevância os que se relacionam sobre aspectos concretos da actividade arquivística, em particular na divulgação e difusão das normas, com destaque para as normas ICA-ISDF (descrição de funções e produtores) e ICA-ISIAH (descrição de entidades detentoras).

Nos dias 25 e 26 de Julho decorreu a Assembleia-Geral do Conselho que consagrou a tomada de posse de novos membros e de nova estrutura organizativa, sendo de salientar o novo Secretário-Geral David Leitch.

Os documentos presentes à Assembleia-Geral estão disponíveis em <http://www.ica.org/en/2008/07/25/ica-annual-general-meeting-2008>.

O documento mais significativo aprovado pela assembleia corresponde às orientações estratégicas 2008-2018, no qual são explicitadas as linhas essenciais de orientação e quais os resultados que se pretendem obter.

Os seis objectivos estratégicos definidos correspondem aos seguintes eixos:

1. Melhorar a imagem dos arquivos e consciencializar os decisores políticos, chamando-lhes a atenção para a importância dos arquivos como parte integrante de um bom governo, de uma administração transparente e de responsabilidade pelo funcionamento de sociedades democráticas;
2. Influenciar o desenvolvimento e uso de novas tecnologias, garantindo a acesso continuado aos documentos;
3. Apoiar os profissionais de arquivo, difundindo boas práticas e

contribuindo para uma formação de melhor qualidade;

4. Reforçar os recursos disponíveis no Conselho Internacional de Arquivos, facilitando as comunicações e difusão das actividades entre todos os seus membros e organizações;

5. Melhorar o desempenho e a responsabilidade/legitimidade do próprio Conselho, transformando a sua administração cada vez mais transparente;

6. Construir parcerias com outras organizações, principalmente internacionais, dedicando especial atenção aos contactos com a UNESCO.

Ficou ainda ratificada a decisão aprovada na Assembleia do Quebec, de 2007 para consagrar o **dia 9 de Junho como o dia internacional dos arquivos**, o qual representa a data de fundação do Conselho, em Paris, junto da UNESCO, em 1948.

Durante o Congresso foram ainda apresentados alguns produtos que ficam disponíveis na DGARQ, de entre os quais salientamos:

1. A versão «1.0 beta Demo CD» do ICA Atom, aplicação para a descrição em arquivos, baseado em «software livre, ou código aberto», que se encontra disponível na web em <http://www.ica-atom.org/docdemo/pt>;

2. «Principles and functional Requirements for records in electronic office environments», CD contendo as principais linhas de orientação e requisitos técnicos focados na criação e gestão de documentos electrónicos;

3. CD com 52 estudos em formato .pdf, em inglês, francês e alguns em castelhano, realizados no âmbito do «Records and Archives Management Programme – RAMP», particularmente útil pela compilação destes importantes estudos em matéria arquivística.

No programa foi também incluída a reunião da Associação Latino Americana de Arquivos – ALA, da qual Portugal faz parte, para analisar as consequências negativas da recente alteração dos estatutos do CIA e reafirmar os princípios da «Carta de Lisboa» na procura de uma solução que evite o desaparecimento deste Ramo Regional do Conselho. Foi estabelecido um consenso para uma estratégia comum de todos os países participantes que evite a ruptura, a qual passa por uma assembleia-geral da ALA e um maior empenho do Comité Executivo do Conselho para encontrar soluções que satisfaçam ambas as partes.

Paralelamente à realização do Congresso teve lugar a reunião do Fórum dos Arquivos Lusófonos, com participantes de Angola, Brasil, Macau, Moçambique, Portugal e Timor. Esta reunião, para além da habitual troca de informações sobre as actividades realizadas e projectos em curso nos diferentes países, identificou algumas linhas de actuação futura, com particular destaque para a transferência de suporte de documentos do «Património Arquivístico Comum». Saliente-se ainda a possibilidade de concretização no Brasil de uma acção de formação, com a participação de 2 técnicos de cada um dos países da lusofonia, sobre a conservação e restauro de documentos de arquivo. Nesta matéria Portugal manifestou a disponibilidade de colaboração no âmbito da preservação digital e do projecto RODA – Repositório de Objectos Digitais Autênticos.

A Assembleia-Geral aprovou ainda a realização dos próximos eventos:

2009 – CITRA – Malta

2010 – CITRA – Noruega

2012 – XVII Congresso do Conselho Internacional de Arquivo, Austrália, Camberra.

*Silvestre Lacerda*  
DIRECTOR-GERAL

# Avaliação do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais ■

*O PARAM, primeiro programa de apoio lançado pelo órgão de gestão nacional dos arquivos, completa 10 anos de vigência em 2008.*

Apresentou-se, em 1998, com propósitos de implantação, nos municípios, de uma cultura de gestão integrada de arquivos, enunciando objectivos gerais que vão da qualificação dos arquivos enquanto recurso da actividade administrativa à salvaguarda e promoção do acesso ao património arquivístico. Não obstante este enunciado, o primado da vertente patrimonial esteve presente em todos os momentos de avaliação e selecção de candidaturas, patente na formulação da máxima prioridade da política nacional de arquivos: «salvar património arquivístico em risco».

Dez anos volvidos sobre o lançamento do PARAM, entendeu a DGARQ proceder a uma avaliação que permitisse perceber o impacto do Programa na qualificação dos arquivos municipais, identificar desvios no cumprimento de compromissos assumidos, e aferir eventuais necessidades de otimizar a gestão do Programa ou mesmo rever os termos da sua definição original.

O processo de avaliação decorreu entre Novembro de 2007 e Maio de 2008, tendo recorrido a 3 fontes de informação principais:

- 1) Os processos documentais PARAM existentes no arquivo da DGARQ;
- 2) as respostas a um questionário enviado pela DGARQ, no final de 2007, aos arquivos municipais apoiados e com processos já encerrados;
- 3) informação recolhida no âmbito dos inquéritos lançados pelo

Grupo de Trabalho de Arquivos Municipais da APBAD a todos os municípios do país, com resultados sistematizados em 2000 e em 2007 (cabe aqui uma palavra de agradecimento à APBAD e ao Dr. Maranhão Peixoto por nos terem facultado acesso aos dados em causa).

Muito sumariamente, apresentamos aqui algumas das principais conclusões a que o processo de avaliação permitiu chegar.

## 1. Impacto na agenda política

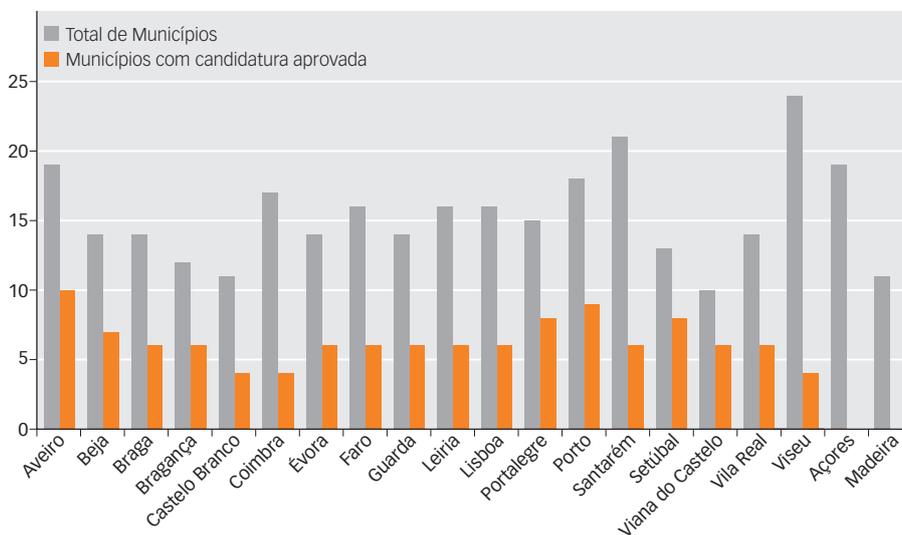
Considerando que a qualificação dos arquivos não passa exclusivamente por questões técnicas e procedimentais, captar a atenção política para o tema seria um ganho não despendendo – e foi um sucesso efectivo. De facto, afigura-se legítimo afirmar que o PARAM colocou os arquivos na agenda política das autarquias, quando observamos que 67% dos municípios do país (regiões

autónomas incluídas) já tiveram contactos com o IAN/TT – DGARQ para a qualificação dos seus arquivos no âmbito do PARAM: 30% ainda não apresentou candidatura mas já manifestou intenção de se candidatar e, nalguns casos, chegou mesmo a desenvolver projecto para candidatura futura; 37% tiveram já pelo menos uma candidatura aprovada. Este último valor, que corresponde a 114 municípios, é especialmente significativo se tivermos em conta que, até ao momento, o Programa esteve activo, do ponto de vista da apresentação de candidaturas, apenas 6 anos (1998-2003).

## 2. Impacto na qualidade dos serviços

O questionário lançado pela DGARQ em 2007, aos municípios com projectos PARAM já encerrados, procurou traçar um retrato da situação actual dos respectivos serviços de arquivo no que respeita a instalações, recursos humanos, documentação, tratamento técnico, serviços prestados e actividades de divulgação, e recolheu, ainda,

Fig. 1 – Municípios com candidaturas aprovadas (em cada distrito)



Continua na página seguinte →

Fig. 2 – Distribuição do número total de efectivos nas carreiras específicas

Grupos considerados	N.º total de municípios	2000		2007	
		TSA	TPA	TSA	TPA
Grupo A	67	18	36	53	80
Grupo B	47	11	53	31	51
Grupo C	194	9	49	35	61
<b>Total</b>	<b>308</b>	<b>38</b>	<b>138</b>	<b>119</b>	<b>192</b>

Grupo A – Municípios com projectos PARAM executados e encerrados  
 Grupo B – Municípios com projectos PARAM com execução em curso  
 Grupo C – Municípios sem qualquer candidatura PARAM aprovada

a percepção dos próprios sobre o sentido da mudança induzida pelo PARAM. Para alguns destes aspectos foi possível estabelecer comparações com a situação verificada em fase de pré-candidatura ao PARAM. Especificamente no que respeita aos recursos humanos, a utilização dos dados fornecidos pela APBAD permitiu comparar a evolução de cada município entre 2000 e 2007 e, ainda, em ambos os momentos, comparar os municípios apoiados pelo PARAM com os restantes. Destacamos:

- Qualificação de recursos humanos: embora se note uma tendência geral, a nível nacional, para o incremento da qualificação dos recursos humanos afectos aos serviços de arquivo municipais, é seguro afirmar que este processo de qualificação é mais acelerado nos municípios com candidaturas PARAM aprovadas

(Grupos A e B no quadro abaixo); entre estes, a qualificação é mais notória nos municípios que já concluíram a execução dos projectos PARAM (Grupo A).

- Preservação e acesso ao património arquivístico: para além dos benefícios directamente decorrentes da melhoria das condições de instalação dos arquivos municipais intervencionados, verifica-se um claro incremento da iniciativa dos municípios na recolha de património arquivístico local – 32% dos municípios inquiridos iniciou esta actividade depois da candidatura ao PARAM. Sobre as actividades «clássicas» em arquivo definitivo (identificação dos fundos, referência das unidades arquivísticas, inventariação, uso da norma ISAD, informatização de instrumentos de pesquisa, etc.), quase todos os itens se situaram acima dos 65% de

respostas afirmativas. Ao nível das actividades pedagógicas/culturais, apenas 20% dos municípios inquiridos afirma não ter desenvolvido no último ano qualquer actividade desta natureza. Declararam-se abertos ao público 97% dos municípios inquiridos – embora, aqui, a legítima expectativa da DGARQ era de obter 100% de respostas afirmativas. O aspecto que consideramos mais fraco é o ainda escasso uso das TIC para promover o conhecimento e acesso ao património arquivístico – apenas 19 municípios (32%) declararam que o Arquivo Municipal tem página na *Internet*, e somente 15 declaram disponibilizar, aos seus utilizadores, instrumentos de pesquisa em formato electrónico.

- Percepção dos municípios apoiados sobre o impacto do PARAM: embora conscientes da subjectividade das opiniões expressas, quisemos saber em que medida os municípios apoiados «responsabilizam» o PARAM pela indução de uma dinâmica de melhoria nos Arquivos Municipais e, em particular, de uma dinâmica de gestão integrada de arquivos. As figuras 4 e 5 revelam que houve uma opinião largamente positiva sobre ambas as questões. Não obstante, há que

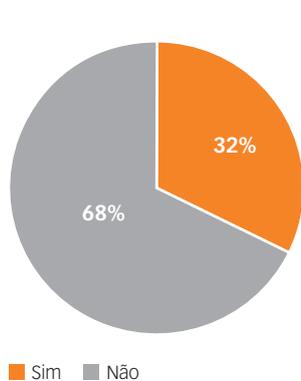


Fig. 3 – Serviços prestados: informação na internet

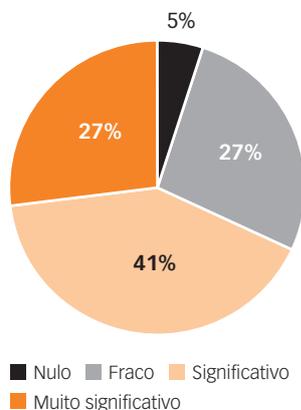


Fig. 4 – Contributo do PARAM para o desenvolvimento de um programa de gestão integrada de arquivos

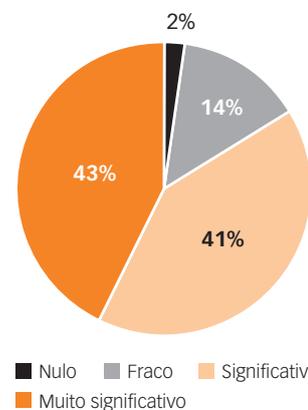


Fig. 5 – Contributo do PARAM para o incremento da qualidade global dos serviços de arquivo

reconhecer que o PARAM não teve tanto sucesso no que respeita ao incremento de boas práticas de gestão de documentos quanto terá tido relativamente a outras áreas funcionais dos arquivos – outra conclusão, porém, seria de estranhar, em face do primado da vertente patrimonial no quadro da política nacional de arquivos, e do facto de cerca de ¼ dos apoios concedidos terem sido exclusivamente orientados a arquivos definitivos.

### 3. Definição e execução do Programa

O panorama arquivístico português sofreu uma evolução – de sentido positivo – entre os anos 90 do século xx e a actualidade. Especialmente notório é o aumento de profissionais habilitados, disponíveis no mercado de trabalho. Por outro lado, e como antes referimos, a atenção política autárquica encontra-se já significativamente desperta para os arquivos. A conjuntura mudou o suficiente para podermos considerar que alguns aspectos da definição do Programa se encontram desajustados à realidade presente, e/ou que é oportuno rever algumas das opções de gestão que em tempo foram feitas.

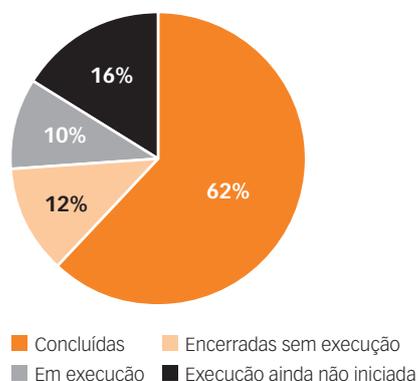
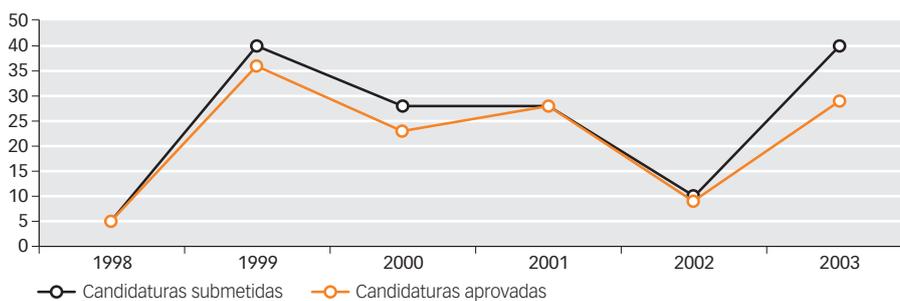


Fig. 7 – Situação das candidaturas aprovadas

Fig. 6 – Candidaturas submetidas e aprovadas



O relatório de avaliação do PARAM produziu algumas recomendações, das quais se destaca:

- Reformular objectivos associando ao ideário indicadores e metas, no sentido de facilitar o controlo e avaliação futura tanto do Programa como de cada projecto apoiado.
- Rever prioridades de Política Nacional de Arquivos, afigurando-se conveniente ponderar, sobretudo, o objectivo «salvar património arquivístico em risco», no sentido de limitar a sua incidência a arquivos de valor cultural excepcional. Esta proposta de ponderação pretende alargar a margem de valorização dos projectos de qualificação de serviços de arquivo e, muito especialmente, de gestão integrada de arquivos.
- Incrementar o nível de exigência quanto aos requisitos para apro-

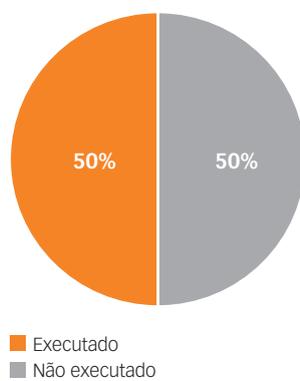


Fig. 8 – Execução do investimento do MC aprovado

vação de candidaturas, no sentido de aumentar as garantias de boa execução dos projectos e de rentabilização do investimento. A definição dos requisitos de candidatura expressa no documento programático, embora podendo ser revista e melhorada, é já razoavelmente exigente; a recomendação que fazemos é, pois, no sentido de promover a efectiva aplicação dos requisitos definidos.

- Intensificar o acompanhamento nas fases de preparação de candidaturas e de execução dos projectos aprovados, e posterior realização de auditorias, no sentido de valorizar a dimensão técnico-arquivística das intervenções. A participação dos serviços de arquivística da DGARQ e o envolvimento mais intenso e sistemático dos arquivos distritais neste processo, por certo contribuiria para sublinhar aquele que é o propósito central do PARAM: a qualificação dos arquivos enquanto serviços e não meras infra-estruturas.

- Diminuir o nível de tolerância ao incumprimento de calendários de execução, no sentido de evitar uma crescente acumulação de encargos necessariamente bloqueadora da regular execução do Programa.

Por último, refira-se que o Relatório de Avaliação do PARAM está disponível para consulta pública no sítio *Web* da DGARQ.

Cecília Henriques

# Os Arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian ■

O ACERVO ARQUIVÍSTICO da Fundação Calouste Gulbenkian é composto pelos arquivos criados pelos diversos órgãos e serviços que a integraram ao longo dos seus 50 anos de existência. Fazem ainda parte deste acervo os conjuntos documentais gerados no âmbito da extensa e complexa actividade comercial desenvolvida pelo senhor Gulbenkian, seus colaboradores e sucessores, no contexto de um universo empresarial por ele fundado e que, no essencial, chegou aos nossos dias.

Este repositório documental tem uma extensão estimada de 4 km lineares. Para além da documentação textual – em português, inglês, francês, arménio e árabe –, incluem-se nesse conjunto documentos de natureza muito diversa, designadamente largos milhares de fotografias, desenhos técnicos e artísticos, registos áudio e audiovisual e objectos.

Para além do valor administrativo primário e secundário que evidenciam para a própria Fundação, estes arquivos revestem-se do maior interesse para a sociedade, na medida em que se constituem como fonte de estudo e investigação técnico-científica em diversos domínios, bem como repositório de memórias pessoais, de comunidades, de regiões e países. Com efeito, estes arquivos testemunham não só a experiência promotora da Fundação como a dos agentes económico-sociais deste e de outros países, sobretudo nos domínios em que se inscrevem as suas áreas estatutárias. Em traços muito largos, documentam: por um lado a Fundação, as pessoas que nela trabalham e trabalharam, as actividades desenvolvidas directa ou indirectamente, os seus intervenientes



Arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian  
Autorização de residência em Lisboa, 1952

e beneficiários; por outro, o senhor Gulbenkian e a sua família, os seus interesses pessoais e empresariais à escala global, os seus interlocutores e, em parte, a sua vida privada. O Médio Oriente está especialmente documentado aqui, assim como as comunidades arménias na diáspora.

O programa arquivístico da Fundação remonta a 2003, ano em que é criado, na directa dependência do seu Presidente e sob coordenação da Dra. Ana Paula Gordo, Directora Adjunta da Biblioteca de Arte, o *Grupo de Trabalho para o Sistema Arquivístico da Fundação Calouste Gulbenkian*. Desde então até à presente data os projectos arquivísticos desenvolvidos no âmbito do referido grupo, impulsionados por ocasião do cinquentenário da instituição, vêm-se organizando em torno dos seguintes objectivos estratégicos (OE) e operacionais (OP):

**OE.1.** Desenvolver os meios de gestão e suporte do sistema arquivístico da FCG:

- OP.1.** Criar e instalar infra-estruturas de suporte ao sistema arquivístico da Fundação;
- OP.2.** Produzir normas e instrumentos técnicos de suporte à gestão do sistema arquivístico da Fundação;

**OE.2.** Promover a conservação e comunicação desses conjuntos documentais:

**OP.3.** Melhorar o estado de controlo, organização e conservação dos conjuntos documentais gerados no âmbito de órgãos e serviços extintos.

Desses projectos e actividades destacam-se os seguintes:

- 1.** Projecto (concluído) de criação de instalações físicas adequadas para arquivo:
  - a) Sala de pré-processamento arquivístico;
  - b) Sala de processamento arquivístico;
  - c) Depósito de documentação em papel (16°C; 40%HR);
  - d) Depósito de negativos cor (5°C; 35%HR).
- 2.** Projecto (concluído) de aquisição e parametrização de aplicação informática especializada na descrição multinível de arquivos;
- 3.** Projecto (em permanente actualização) de concepção de um Tesauro *on-line* de apoio à indexação por assuntos da documentação objecto de descrição;
- 4.** Projecto (em permanente actualização) de constituição de um ficheiro de autoridade de nomes de pessoas singulares e colectivas;
- 5.** Projecto (em fase de teste) de construção de Planos Geral e Específicos de Classificação de documentos de arquivo em fase corrente;
- 6.** Projectos de tratamento documental:

- Arquivo Calouste Gulbenkian, 1897-1955, 1104 unid. doc. [em curso];
  - Arquivo da Secretaria do Conselho de Administração, 1922-2007, 1198 unid. doc. [concluído];
  - Arquivo do Serviço Belas-Artes, 1955-2004, 19707 unid. doc. [em curso];
  - Arquivo do Serviço da Presidência, 1953-2003, 3746 unid. doc. [concluído];
  - Arquivo do Serviço de Cooperação com os Novos Estados Africanos, 1980-1997, 2736 unid. doc. [concluído];
  - Arquivo do Serviço de Cooperação para o Desenvolvimento, 1998-2002, 73 unid. doc. [em curso];
  - Arquivo do Serviço do Petróleo e do Gás, 1927-1997, 2417 unid. doc. [concluído];
  - Arquivo do Serviço do Ultramar, 1964-1977, 1184 unid. doc. [concluído];
  - Arquivo do Serviço Médio Oriente, [1956-1978], 599 unid. doc. [em curso];
  - Arquivo Ferrer Correia, 1958-1999, 660 unid. doc. [concluído];
  - Arquivo Sá Machado, 1963-2002, 1622 unid. doc. [concluído].
7. Apoio técnico-científico a projectos de tratamento arquivístico desenvolvidos no âmbito da Biblioteca de Arte.

Os referidos projectos de tratamento documental constam das seguintes acções:

1. identificação e descrição arquivística em formato electrónico, e de acordo com as ISAD-G, das unidades documentais aos seguintes níveis: no caso da documentação textual é efectuada do nível de topo até ao nível do processo e suas subdivisões, inclusive; no caso de desenhos, fotos



Arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian  
Hotel Avis, Lisboa.

e outro tipo de registos especiais, ao nível da peça;

2. indexação por assuntos de todas as unidades documentais objecto de descrição, utilizando:

- a) o Tesouro *on-line* para representar, relativamente a cada caso documentado: o fim estatutário FCG em que se inscreve; o tipo de intervenção FCG; o objecto dessa intervenção; o sector de actividade; o âmbito geográfico;
  - b) o ficheiro de autoridade para os nomes de entidades nas seguintes funções: intermediárias, orientadoras, beneficiárias/requerentes, assunto;
3. diagnóstico preliminar ao estado de conservação físico da documentação;
  4. remoção de instrumentos metálicos de fixação;
  5. reacondicionamento da documentação em caixas de arquivo e, sempre que justificado, em capilhas *acid-free*.

A estratégia de tratamento documental acima resumidamente descrita visa responder a necessidades específicas de conservação, controlo e recuperação documentais previamente diagnosticadas e avaliadas. Como resultados mais significativos desses projectos de tratamento documental relevam-se os seguintes:

1. Possibilidade de formulação de pesquisas complexas à base de dados de descrição documental;

2. Elevadas taxas de relevância da recuperação documental;
3. Controlo físico e intelectual das espécies;
4. Economia e racionalização do espaço de depósito.

A estrutura de recursos humanos que suporta o programa arquivístico da FCG é composta por uma equipa técnica com a seguinte composição:

- 5 arquivistas (4 dos quais em regime de *outsourcing*);
- 1 bibliotecário;
- 2 auxiliares técnicos;
- 1 consultor sénior.

Vários são os projectos arquivísticos que, actualmente, se encontram em processo de formulação tendo em vista o seu desenvolvimento a médio e longo prazos:

1. Elaboração de um regulamento arquivístico;
2. Elaboração de planos de organização e gestão dos arquivos correntes, aplicando os Planos geral e específicos de classificação já elaborados;
3. Elaboração de tabelas de selecção;
4. Digitalização selectiva de documentos.

Os arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian, pelo que atrás fica dito, encerram um valor de utilização que extravasa a esfera organizacional, assumindo assinalável interesse à escala nacional e internacional. Não sendo um acervo público, trata-se, contudo, de um recurso de informação estratégico que a Fundação disponibiliza à sociedade. Neste momento é já significativo o número de investigadores nacionais e estrangeiros que, na sequência de pedido de autorização de acesso, desenvolvem os seus estudos com base neste repositório.

João Vieira  
CONSULTOR

# O Arquivo Regional da Madeira (ARM) e a certificação do seu Sistema de Gestão ■

O ARQUIVO REGIONAL DA MADEIRA acabou de ver reconhecido o seu Sistema de Gestão segundo os requisitos da norma NP-EN ISO 9001:2000, ao obter a certificação de qualidade pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER).

E começo por referir que ter um Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) não é, por si só, uma garantia de qualidade, contudo, os requisitos necessários à sua implementação ajudam uma instituição a introduzir mecanismos que visam um eficaz planeamento, controlo, correcção e melhoria contínua do seu desempenho.

Na verdade, melhorar a organização interna da instituição foi o primeiro propósito da Direcção do ARM: o Arquivo cresceu rapidamente nos últimos anos, houve necessidade de descentralizar, criar serviços, mas também era importante disciplinar, definindo correctamente funções, objectivos e competências. Por outro lado, os nossos utilizadores são cada vez mais exigentes: querem um serviço público de qualidade. Então era importante melhorar a qualidade dos nossos serviços e produtos.

O projecto, com início em 2007, implicou o esforço e empenho de todos os nossos colaboradores. A todos eles, sobretudo aos responsáveis de serviço, foi exigido um esforço suplementar. Contámos com o auxílio de uma empresa de consultoria, a INOVA. Após uma fase de diagnóstico, «arregaçámos as mangas» e demos início à definição e implementação do sistema.

Começando por cumprir um dos requisitos da norma NP ISO 9001:2000: definição das responsabilidades de gestão. Reflectimos em conjunto sobre a nossa Missão, Visão e Valores, pedindo ainda o



parecer dos nossos parceiros, como por exemplo a Administração Pública Regional e a DGARQ. Definimos a nossa Política da Qualidade. Estabeleceram-se os objectivos estratégicos, os objectivos operacionais, com os respectivos indicadores e metas. As acções/projectos e os objectivos individuais foram alinhados de acordo com os objectivos estratégicos assumidos.

Diga-se que todo o sistema é criterioso em termos de requisitos de documentação: o Manual da Qualidade faz a apresentação do sistema, mas os procedimentos de trabalho com todos os detalhes encontram-se descritos nos 16 PGQ – Processos ou Procedimentos de Gestão da Qualidade –, nas Instruções de Trabalho, nos Manuais de Procedimentos, nos Regulamentos e nos inúmeros impressos que, reconhecemos, alterou a forma de trabalhar do ARM, obrigando a um registo e monitorização das actividades. A título de curiosidade, enumeram-se os 16 PGQ instituídos: 01 (Planeamento e controlo), 02 (Revisão do SGQ), 03 a 06 são os processos de suporte (gestão de recursos), 07 e 08 são os processos de análise e melhoria (resolução de não conformidades, auditorias), os PGQ 09 a 16 referem-se às prestações de serviço: aquisições e incorporações, organização e descrição de documentos, preservação e restauro, biblioteconomia, leitura e certidões, arquivos

administrativos e, por último, actividades educativas e culturais.

Num sistema desta natureza também é importante haver uma adequada gestão de recursos: foi necessário cumprir os requisitos da norma no que diz respeito aos recursos humanos, instituindo-se, por exemplo, formalidades quanto ao acolhimento de funcionários, à formação, à clara atribuição de competências. Introduziu-se um controlo mais apertado das nossas infra-estruturas, passamos a inspecionar os bens adquiridos e a avaliar fornecedores, entre outros aspectos. Os processos passaram a ser rigorosamente planeados e monitorizados. Um aspecto interessante do sistema é que os resultados das verificações dos processos contribuem para a avaliação do desempenho de cada funcionário. Significa isto que aliamos o SGQ ao SIADAP.

A satisfação dos clientes e a qualidade dos serviços prestados é aferida a partir de inquéritos, da gestão cuidada das reclamações e sugestões de melhoria, do processamento dos dados estatísticos, dos indicadores de produção. Tudo existe para promover a melhoria contínua. Esta é, de facto, a palavra-chave de um Sistema de Gestão da Qualidade. E esse compromisso está presente no dia a dia da nossa instituição.

*Fátima Barros*

DIRECTORA DO AR DA MADEIRA

## Papéis do Brasil – A reconstrução de um percurso ■

A COLECÇÃO/FUNDO COM O TÍTULO «Papéis do Brasil» é constituída por 15 códices<sup>1</sup> encadernados e 97 avulsos. O IDD L531 identifica, por vezes com grande pormenor, os documentos da colecção, um a um. Não tem, porém, nenhuma explicação nem enquadramento à colecção. Os títulos dos códices, se vistos numa lista, não fazem sentido: não são todos do mesmo autor, não são sobre o mesmo tema, não são o fruto do trabalho administrativo de uma qualquer entidade e não fazem um conjunto homogéneo nem coerente. Da mesma forma, se virmos os temas dos avulsos, parece, à primeira vista, que foram documentos individuais tirados ao acaso de lugares diferentes, em alturas diversas. Por esse motivo, acaba por não ser tão útil como devia aos investigadores, que apenas pontualmente conseguem encontrar algum documento interessante.

Em Setembro de 2001 o Professor Doutor Alberto Gallo, da Universidade de Milão visitou a Torre do Tombo e interessou-se pela colecção.

Em conjunto, observámos que a maior parte dos códices havia sido escrita ou compilada por Marcelino Pereira Cleto. Este homem, bacharel em Letras, fez um percurso que o levou, no final do século XVIII, a desempenhar diversos cargos em Santos, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Baía. Em cada um destes lugares fazia pesquisas nos arquivos e tirava apontamentos. Também escreveu dissertações sobre história e sobre questões jurídicas e compilou cópias valiosas de trabalhos de contemporâneos seus, como Fr. Gaspar da Madre de Deus.

Aos seus manuscritos vêm juntar-se códices e avulsos vindos do Pará, compilados por Matias José Ribeiro e outros que estiveram na posse de Francisco Nunes da Costa, ouvidor

de Ilhéus. Estes três homens tiveram algo em comum: em determinado período da sua vida, desempenharam cargos na Relação da Baía, sendo que Marcelino Pereira Cleto era aí desembargador quando faleceu, em 1794.

A forma como o fundo chegou a Portugal é difícil de precisar. A ideia que nos parece mais provável é a de que algum desembargador posterior àqueles que referimos, nomeado para a Relação do Porto, tenha trazido os papéis e códices que estavam na Relação da Baía. Lembramos que, seguindo o esquema corrente de nomeações, no percurso normal de um desembargador, à Relação da Baía seguia-se a Relação do Porto, sendo o final da carreira o ingresso na Casa da Suplicação em Lisboa.

Não – acreditamos – por coincidência, o conjunto chegou às mãos do Dr. António Pereira de Almeida Silva e Sequeira, lente na Universidade de Coimbra e desembargador honorário da Relação do Porto, de onde era natural. De acordo com a nossa teoria, não era difícil que o Dr. António Pereira de Almeida, como desembargador honorário, pudesse ter acesso àqueles documentos, que sem dúvida consideraria «curiosos» e que seriam de interesse duvidoso para outros desembargadores menos preocupados com documentos históricos.

O Dr. António Pereira de Almeida Silva e Sequeira assinou profusamente alguns dos códices e avulsos, transformou em códices factícios uma boa parte dos avulsos (para os quais fez índices), escreveu comentários e acrescentou «notícias».

Uma boa parte dos actuais avulsos pertenceu a estes códices factícios, entretanto desmembrados, mas dos quais ainda existem as encadernações e os índices. Por eles podemos veri-

ficar que, dos documentos indicados pelo índice de cada códice factício, nem todos existem na colecção. Mas não se trata de um desmembramento por mau estado nem o que se encontra, ou não, é aleatório: dos documentos identificados pelos índices, faltam todos os que, pela sua descrição, não diziam respeito ao Brasil.

Em 1975 a Torre do Tombo comprou a colecção «Papéis do Brasil» à Livraria Histórica Ultramarina.

A nossa proposta aponta esta livraria e o seu proprietário como os últimos agentes significativos no percurso da colecção. Acrescentaram ao espólio do Dr. António Pereira de Almeida outros documentos relacionados com o Brasil, mas posteriores ou que não se relacionam, de forma nenhuma, com o espólio acumulado na Relação da Baía. Por outro lado, desmembraram cuidadosamente os códices factícios, de forma a retirar deles os documentos não relacionados com o Brasil e que teriam, eventualmente, um diferente interesse comercial. Depois, venderam à Torre do Tombo, o «pacote», com o título, significativo na óptica do vendedor, de «Papéis do Brasil», juntamente com uma relação dactilografada dos mesmos, que hoje constitui o IDD L531. Só assim se justificam o título da colecção e o facto de este instrumento de descrição não ter a assinatura, nem a autoria reconhecida de nenhum técnico do Arquivo Nacional.

Concluimos com a sugestão de se dever pensar na possibilidade de alteração do nome «Papéis do Brasil» para «Colecção Pereira Cleto», bem mais significativa, atendendo ao seu conteúdo e de maior justiça para com o juiz e desembargador que escreveu ou compilou a maior parte dos documentos que a compõem.

Marta Páscoa

# Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento apoia investigadores estrangeiros ■

## *Da Cova do Leviathan, os Degredados do Reino*

NOTAS DE PESQUISA

EM PORTUGAL SABE-SE MENOS sobre o degredo português do que sobre a escravidão africana. Apesar dos esforços louváveis de alguns estudiosos, a pena ao banimento e trabalhos forçados tem recebido pouca atenção por parte dos historiadores.<sup>1</sup> Juristas e especialistas em direito penal geralmente dedicam algumas palavras sobre o degredo nas páginas de suas obras.<sup>2</sup> Entretanto, a perspectiva histórica que oferecem é com frequência muito limitada. Evidentemente, não lhes interessa tanto o desenvolvimento do degredo através dos tempos, como o seu papel no direito penal. Assim, ficamos sem saber quem eram os degredados, como o degredo surgiu e evoluiu, e – talvez mais importante – qual era a sua real finalidade. Graças ao apoio da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) e ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), no verão de 2006 uma pesquisa sobre o tráfico negreiro deu abertura a um estudo sobre o degredo. O objetivo era comparar os dois tipos de migração forçada. Porém, como acontece com muitas pesquisas, o que começou como um simples interesse terminou por se transformar numa grande empreitada.

Os arquivos da Torre do Tombo encerram uma grande documentação que tornou-se parte central da pesquisa, providenciando novos dados à história do degredo. O Juízo dos Degredados, órgão da antiga Casa da Suplicação, hoje parte dos Feitos Findos do ANTT, era responsável pela adjudicação dos réus sujeitos ao degredo. A documen-

tação deste órgão ainda não está catalogada e foi pouco consultada.<sup>3</sup> Contudo, ela encontra-se dividida em 45 livros compreendendo quatro tipos de documentos: os registros de sentenças de degredados para os anos entre 1728 e 1847 (32 livros); os livros de visitas a degredados encarcerados em várias prisões de Lisboa entre 1763 e 1833 (6 livros); os registros de embarque de degredados entre 1769 a 1797 (2 livros); e os registros de entrada de degredados em diversas prisões de Lisboa, mas principalmente no presídio da Cova da Moura à época do Vintismo (5 livros). Durante o verão passado, realizou-se uma contagem primária do número de réus julgados, levando-se em consideração o sexo e a sentença final, que resultou em 19.046 réus, um número não muito distante do que se tem estimado.<sup>4</sup> A pesquisa também resultou numa base de dados que contém informações sobre 3.517 degredados ingressos na Cova da Moura entre 1822 e 1832.

O ANTT guarda um tesouro para nos ajudar a compreender, não apenas como os membros de uma sociedade eram punidos, mas como a humanidade atribuía valores diferentes a povos diferentes. Pois tanto na África como na Europa, a escravidão coexistiu com penas que condenavam indivíduos a trabalhos involuntários e até mesmo ao banimento. Todos os papéis do Juízo dos Degredados trazem informações como o nome dos degredados, sua idade, sexo, filiação, ocupação, estado civil, moradia, crime cometido, tribunais em que foram jul-

gados, as sentenças que lhes foram atribuídas; em suma, um imenso material que estas notas podem apenas indicar. Somente uma equipe mais vasta para explorar todo o seu potencial, mas está claro o seu alcance para se reconstruir a história do degredo português.

*Daniel B. Domingues da Silva*

PH.D. CANDIDATE, EMORY UNIVERSITY

- <sup>1</sup> Para algumas referências importantes vide Timothy Coates, *Convicts and Orphans: forced and state-sponsored colonizers in the Portuguese Empire, 1550-1755* (Stanford, 2001); Janaína Amado, «Condenados a Viver no Brasil», *Textos de História*, vol. 5, n. 1 (1998), p. 134-142; Geraldo Pieroni, *Os Excluídos do Reino: a inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia* (Brasília, 2000)
- <sup>2</sup> Neste sentido, alguns textos frequentemente citados são: José Beleza dos Santos, «Fins das Penas», *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. 14 (1938), p. 21-75; J. A. Barreiros, «As Instituições Criminais no Século XIX em Portugal», *Análise Social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, vol. 63 n.º 16 (1980), pp. 587-612; e Vasco Marinho de Almeida Homem de Melo, «O Degredo», *Boletim dos Institutos de Criminologia* (1940), pp. 4-70.
- <sup>3</sup> A única historiadora a realmente utilizar essa documentação foi Janaína Amado. No entanto, Timothy Coates e Geraldo Pieroni também já a citaram nos seus trabalhos. Vide as referências citadas à primeira nota além de Timothy Coates & Geraldo Pieroni, *De Couto do Pecado à Vila do Sal: Castro Marim, 1550-1850* (Lisboa, 2002); Janaína Amado, «Crimes domésticos: criminalidade e degredo feminino», *Textos de História*, Universidade de Brasília, vol. 6, n.ºs 1-2 (1998), pp. 143-168 e pela mesma autora «Viajantes involuntários: degredados portugueses para a Amazônia colonial», *História, Ciência, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro*, vol. 6 (2000), p. 813-832.
- <sup>4</sup> Janaína Amado estimou que 25.560 réus foram sentenciados ao degredo pelo Juízo dos Degredados entre 1737 e 1800, baseando-se numa amostra de 1.278 registros de sentenciados. Vide Janaína Amado, «Crimes domésticos...» (1998), pp. 145-9.

## Dia Mundial da fotografia ■

O CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA ORGANIZOU no passado dia 19 de Agosto um programa de actividades especiais por forma a assinalar a comemoração do Dia Mundial da Fotografia. Tendo em conta que o mês de Agosto é habitualmente marcado pela fraca adesão a iniciativas culturais, o CPF congratula-se com os resultados desta acção e com o bom acolhimento por parte da comunicação social. Convites especiais para concessão de entrevistas ao Jornal de Notícias, Rádio Clube Português, Rádio Nova Europa Lisboa e RNTV resultaram em notáveis peças jornalísticas que contribuíram para uma promoção mais alargada do evento.

Das actividades organizadas destacam-se as sessões da manhã e da tarde do *workshop* «O Aprendiz de Fotógrafo», para crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 10 anos, orientado por técnicas do CPF. Inicialmente previsto para um número máximo de 12 participantes por sessão, o *workshop* foi frequentado por um total de 21 crianças (10 crianças na sessão da manhã e 11 na sessão da tarde). Princípios básicos da fotografia e da formação da imagem foram explicados antes de se passar à prática da produção de fotogramas no interior do laboratório colectivo do CPF. Munidas de protecção e materiais adequados, as crianças puderam participar activamente no mágico processo de revelação da imagem e criar os seus próprios fotogramas a partir de materiais simples como desenhos, massas ou arroz. No final foram distribuídos certificados individuais de participação e manuais do *workshop*.

Outro ponto alto do programa correspondeu à inauguração de duas novas exposições às 19h00 do dia 19 de Agosto. «Viagens», fotografias de Manuel Araújo e «De um Chão Nosso», trabalho de Mário João Mesquita com a participação de Sónia Pinto Basto, contaram com uma apresentação pública assinalada também com a presença dos autores e oferta de um Porto de Honra ao público presente. «Viagens» é o resultado de um registo fotográfico em preto e branco elaborado por Manuel Araújo por ocasião da sua passagem por várias cidades europeias na viragem do século/milénio e pode ser vista até 14 de Setembro. A mostra «De um Chão Nosso» teve como ponto de partida uma reportagem fotográfica realizada em 2007 à paisagem construída das aldeias do Douro Vinhateiro. Mário João Mesquita e Sónia Pinto Basto pretendem assim «chamar a atenção para a beleza e, simultaneamente estado de ruína física e social de



Workshop «O Aprendiz de Fotógrafo»

toda uma paisagem contruída para além das margens definidas pelo Douro turístico». Esta última exposição ficará patente ao público até dia 2 de Novembro.

A comemoração foi ainda assinalada com a extensão excepcional do horário de abertura até às 21h30. Entre as 18h00 (horário habitual de encerramento) e as 21h30, foram contabilizadas 123 presenças. O Centro Português de Fotografia registou com agrado, neste Dia Mundial da Fotografia, o número total diário de 291 visitantes.

*Dinora Rodrigues*

CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

## AGENDA

### Exposições

#### 2007|2008 Curso Superior de Fotografia, Instituto Politécnico de Tomar

DE 12 DE JULHO A 12 DE SETEMBRO  
NA SALA JOSHUA BENOLIEL DO CPF

© RICARDO MATOS



CONSTITUÍDA POR 36 FOTOGRAFIAS, a mostra resultou de uma selecção de aproximadamente 200 imagens propostas pelos finalistas do Curso Superior de Fotografia do Instituto Politécnico de Tomar e restantes estudantes de outros anos. Na totalidade são

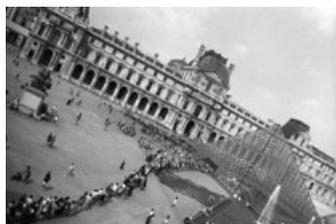
34 os alunos do curso representados, sendo que 11 deles são finalistas.

Fotografias de Adélia Azedo, Ana Alves, Ana Lúcia, Ana Marques, Ana Nunes, Carla Santos, Cláudio Balas, Daniela Leão, Diogo Simões, Elisabete Febra, Fábio Resende, Frederico, Hugo Narciso, Jorge Miguel, Magda Magalhães, Mário Ambrozio, Marisa, Nádia Neto, Patrícia Lopes, Paulo Matos, Paulo Sousa, Paulo Tavares, Pedro Alves, Ricardo (Ferrari), Rita Garcia, Sandra Nascimento, Sara Cabral, Sofia Silva, Susana Garrucho, Suse Horta, Tânia Rolo, Telmo, Vítor Santos e Wilson Caldeira. ♦

#### Viagens, fotografias de Manuel Araújo

DE 19 DE AGOSTO A 14 DE SETEMBRO NA SALA DE REUNIÕES  
DO CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

© MANUEL ARAÚJO



Com a sua câmara de 35 mm, Manuel Araújo foi captando, a preto e branco, imagens que visualmente nos transportam para além fronteiras. Deixam-nos as cores, os cheiros, as vestes, os monumentos e tudo o mais que nos deslumbra ao ter a visão ampliada de cada fotograma. ♦

#### De um Chão Nosso, Bases fotográficas para um Inquérito à paisagem construída das aldeias do Douro Vinhateiro

DE 19 DE AGOSTO A 2 DE  
NOVEMBRO NA SALA AURÉLIO  
DA PAZ DOS REIS DO CENTRO  
PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

Trabalho de Mário João Mesquita  
(com a participação de Sónia  
Pinto Basto).

O documento apresentado, produzido a partir de uma reportagem fotográfica realizada durante o ano de 2007, toma a forma de umas *bases fotográficas para um Inquérito*, um inquérito regional, através das quais se possibilita o entendimento da realidade construída de um conjunto abrangente de aldeias que, dispersas no território duriense, formam entre si uma *rede* com significado, sentido e conteúdo identitário. ♦

© MÁRIO JOÃO MESQUITA

